



PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

DA TERRA DO SOL NASCENTE À TERRA VERMELHA: A TERRITORIALIDADE DA CULTURA JAPONESA EM LONDRINA-PR

Tatiana Colasante¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6953-245X>

Alini Nunes de Oliveira² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3279-5947>

Fabiane de Oliveira Domingos³ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8561-4321>

¹ Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de São Bernardo, São Bernardo, MA, Brasil*

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Cuiabá, MT, Brasil**

³ Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) *campus* de Apucarana, Apucarana, PR, Brasil***

Artigo recebido em 10/11/2020 e aceito em 08/02/2022

RESUMO

O artigo discute o processo de imigração japonesa para o Brasil e sua trajetória até o norte do Paraná, destacando as dificuldades com relação à adaptação a uma nova cultura, o preconceito e discriminação, até se tornarem uma das etnias mais representativas culturalmente em Londrina-PR. A territorialidade japonesa na cidade resultou em um legado histórico que faz parte do patrimônio cultural local e é amplamente apreciado pela população londrinense, constituindo-se, portanto, em um importante elemento de identidade territorial não somente para a colônia japonesa, mas para sujeitos das mais diversas etnias. No entanto, como a cidade surgiu a partir da colonização de uma companhia de capital inglês, o poder público realizou uma série de intervenções urbanas como forma de homenagear esses colonizadores que tiveram pouco contato com a população local e não deixaram legado cultural tão expressivo quanto os japoneses. Do ponto de vista metodológico, utilizou-se pesquisa bibliográfica, documental, observação da paisagem e registro fotográfico a partir de trabalho de campo. Como resultado, apontam-se os principais elementos que compõe o patrimônio (i) material dos japoneses em Londrina e também se questiona a construção de uma identidade territorial alheia ao cotidiano dos londrinenses.

Palavras-chave: Japoneses; Imigração; Norte do Paraná; Territorialidade.

* Doutora em Geografia (Universidade Estadual Paulista *campus* de Presidente Prudente), Docente adjunta do Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Maranhão/Centro de Ciências de São Bernardo. E-mail: tatiana.colasante@ufma.br.

** Pós-Doutora em Turismo (Universidade Federal do Paraná), Doutora em Geografia (Universidade Estadual de Londrina), docente dos cursos de Bacharelado em Turismo e Técnico em Eventos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). E-mail: alini_nunes@hotmail.com.

*** Doutora em Geografia (Universidade Estadual de Londrina), Docente Adjunta do Curso de Turismo e Negócios da Universidade Estadual do Paraná *campus* de Apucarana. E-mail: fabianedomingos@hotmail.com.

FROM “LAND OF THE RISING SUN” TO “LAND OF THE RED SOIL”: THE TERRITORIALITY OF THE JAPANESE CULTURE IN LONDRINA, PARANÁ, BRAZIL

ABSTRACT

This paper discusses the Japanese immigration process in Brazil specifically regarding to the north of Paraná state, in Brazil. It highlights the difficulties of the immigrants to adapting to a new culture, the prejudice and discrimination they had faced until they became one of the most culturally representative ethnicities in Londrina, Paraná. Japanese settlement in the city has resulted in a historical legacy that is part of the local cultural heritage and is widely appreciated by the local population, thus constituting an important element of territorial identity not only for the Japanese colony itself, but also for subjects of different ethnicities. However, as the city emerged from the colonization of an English-owned company, public authorities carried out a series of urban interventions as a way to honor these colonizers who had had little contact with the local population and had left a cultural legacy not as so expressive as the Japanese's. The analysis is based on bibliographic and documentary research methods in addition to landscape observations and photographic records from fieldwork. As a result, we point out the main elements that constitute the (im)material heritage of the Japanese in Londrina and interrogate the construction of a territorial identity alien to the daily life of Londrina's people.

Keywords: Japanese. Immigration. Northern Paraná. Territoriality.

DE LA TIERRA DEL SOL NACIENTE A LA TIERRA ROJA: LA TERRITORIALIDAD DE LA CULTURA JAPONESA EN LONDRINA-PR

RESUMEN

El artículo discute el proceso de inmigración japonesa para el Brasil y su trayectoria hasta el norte del Paraná, señalando las dificultades con relación a la adaptación a una nueva cultura, el prejuicio y discriminación, hasta convertirse en una de las etnias más representativas culturalmente en Londrina-PR. La territorialidad japonesa en la ciudad resultó en un legado histórico que forma parte del patrimonio cultural local y es ampliamente apreciado por la población londrinense, constituyéndose, por lo tanto, en un importante elemento de identidad territorial no solamente para la colonia japonesa, sino también para sujetos de las más diversas etnias. Sin embargo, como la ciudad surgió a partir de la colonización de una compañía de capital inglés, el poder público realizó una serie de intervenciones urbanas como forma de homenajear a esos colonizadores que tuvieron poco contacto con la población local y no dejaron legado cultural tan expresivo como los japoneses. Desde el punto de vista metodológico, se utilizó investigación bibliográfica, documental, observación da paisaje y registro fotográfico a partir del trabajo de campo. Como resultado, se apuntan los principales elementos que componen el patrimonio (i) material de los japoneses en Londrina y también se cuestiona la construcción de una identidad territorial ajena al cotidiano de los londrinenses.

Palabras-clave: Japoneses. Inmigración. Norte del Paraná. Territorialidad.

INTRODUÇÃO

O processo da gênese da Londrina-PR (Figura 1) remete ao final da década de 1920, em meio a Grande Depressão de 1929, quando teve início a ocupação das terras do norte do Paraná. De acordo com Asari e Tuma (1978) e Arias Neto (1993), há registros de que em 1929 estabeleceram-se os primeiros acampamentos dos trabalhadores (agrimensores, peões das matas, topógrafos etc.) da

CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná), de capital inglês e nacional, que vieram para começar o processo de divisão dos lotes, reconhecimento da topografia, o início dos levantamentos, abertura das primeiras “picadas” para que pudesse começar o grande projeto e descobrir como eram as terras, sua topografia, pois o que eles tinham inicialmente eram apenas ideias, não tinham clareza do que tinham comprado e só sabiam da fertilidade da terra, da exuberância das matas, entre outras poucas características.

Os primeiros colonos de Londrina chegaram em 1931, vindos do estado de São Paulo. Com a elevação à condição de município em 1934, começam a surgir novos fluxos migratórios. Interessante ressaltar que, embora oficialmente a cidade tenha sido colonizada por ingleses, já existiam no norte do Paraná índios e caboclos que deixaram marcas de sua territorialidade na cidade.

Figura 1: Mapa de localização de Londrina no estado do Paraná



Fonte: COLASANTE (2012)

Posteriormente, Londrina recebeu fluxos migratórios de paulistas, mineiros e nordestinos e, entre os estrangeiros, os italianos, os japoneses, os alemães, os espanhóis, os portugueses, os poloneses, os ucranianos, os húngaros e outras etnias menos expressivas quantitativamente (YAMAKI, 2006). Todos esses grupos sociais contribuem para que as cidades possuam traços multiculturais em seu território. Enfatiza-se que a prefeitura municipal realizou uma série de

intervenções urbanas que remetem à construção da identidade territorial inglesa como forma de promover a cidade. No entanto, os ingleses não conseguiram deixar um legado cultural tão marcante quanto os japoneses. Assim, tem-se aquilo que Cuhe (1999) denominou de “hetero-identidade”, construída/forjada.

O que se percebe de forma mais evidente na paisagem são territorialidades da cultura japonesa que refletem a manutenção dos seus valores identitários em Londrina, por intermédio de dezenas de elementos materiais e imateriais. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a formação da identidade territorial londrinense a partir das principais manifestações culturais japonesas e que se constituem em patrimônios culturais da cidade, ao mesmo tempo em que se questiona a imposição de uma identidade territorial inglesa. Para isso, apresenta-se inicialmente uma breve discussão a respeito da imigração japonesa no Brasil e sua chegada a Londrina no final da década de 1920 e, na sequência, através da análise da paisagem e pesquisa bibliográfica foram identificados elementos da cultura (i) material japonesa no município.

IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Os grandes fluxos imigratórios do Japão começaram a partir de 1880 para o Haváí, Estados Unidos, Peru e México. A vinda dos imigrantes japoneses para o Brasil somente ocorreu quase trinta anos depois, em um contexto de mudança socioeconômica do Japão, com a Restauração Meiji*. Este fato contribuiu para o aumento do número de desempregados na “terra do sol nascente” que aliado à superpopulação e a crise na produtividade agrícola e industrial culminaram com a imigração japonesa para o Brasil.

Outro elemento que contribuiu para que os japoneses viessem tardiamente para o país foi a postura do próprio governo japonês, que alegava serem motivos de restrição ao Brasil: a distância e a falta de comunicação regular entre os países; a ausência de financiamento por parte de companhias interessadas na emigração, para responder pelo repatriamento caso não houvessem os resultados esperados e pela necessidade do Brasil em obter mão de obra para a cafeicultura, o que diferia dos interesses japoneses em se tornarem pequenos proprietários (BASSANEZZI, 1995).

De fato, para o governo brasileiro, a vinda dos imigrantes japoneses era estratégica em virtude da proibição das imigrações para o Brasil do governo italiano, o que provocou algumas

* Com a Restauração Meiji, o Japão atravessou uma fase de transição, na qual deixou de lado o período feudal e sua política isolacionista e entrou para um período marcado pela expansão industrial e a abertura do comércio para o Ocidente (TAKENAKA, 2003).

lacunas na mão de obra cafeeira. Para Sakurai (2000), os anos compreendidos entre 1908 e 1924, podem ser considerados como uma fase experimental da imigração japonesa no Brasil, visto que nem os japoneses nem os brasileiros estavam certos sobre o sucesso desse novo ciclo de migrantes em terras brasileiras.

Kodama (2000) explica que os primeiros imigrantes japoneses para o Brasil vieram em 1908, no navio *Kasato Maru* que aportou em Santos. Os imigrantes chegavam esperançosos e acreditavam que iriam conseguir melhores condições de vida para que, posteriormente, pudessem retornar à terra natal. Entretanto, os japoneses se depararam com algumas dificuldades que impediram, para muitos, a concretização destes objetivos. Primeiramente, eram as próprias companhias de imigração que escolhiam os lugares de trabalho destes imigrantes, o que afastava a possibilidade de juntarem um montante de renda para regressarem ao Japão. Em segundo lugar, os imigrantes começaram a perceber que o próprio Estado japonês não tinha intenções de financiar a sua volta.

O ápice da imigração japonesa foi entre 1925 e 1934, quando houve a entrada de mais de 120 mil imigrantes no Brasil. A maioria dos imigrantes chegava por intermédio das companhias de imigração, como a Bratac (Brasil Takushoku Kumiai) e a KKKK (*Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*). A primeira adquiriu no ano de 1929 quatro grandes glebas de terras nos estados de São Paulo e Paraná, nas quais foram criadas as colônias de Bastos, Alianças e Tietê, no estado de São Paulo, e a de Três Barras no estado do Paraná (TAKEUCHI, 2008). Já a segunda, tinha objetivos bem maiores, como o de se instalar como empresa no Brasil a fim de implantar o maior número possível de colônias sob sua supervisão, segundo relata Sakurai (2000).

Com a presença cada vez mais intensa dos imigrantes japoneses no Brasil, havia por parte do governo e de alguns intelectuais, uma preocupação com o “perigo” que os japoneses pudessem representar para o país. Neste contexto, conforme explica Sasaki (2006), tem-se o fato de que no início do século XX, ocorria uma discussão em torno do atraso socioeconômico brasileiro que buscava ser explicado através de formulações sociológicas, medicina social e políticas públicas, utilizando-se das ideias de alguns pensadores brasileiros como Nina Rodrigues, Paulo Prado, Manuel Bonfim, Oliveira Viana etc. e influências estrangeiras como Gobineau e Lombroso. Dentre outros fatores, com o preconceito intelectual da época, atribuiu-se à presença negra no Brasil, o atraso do país nos aspectos sociais e econômicos. Dessa maneira, justificava-se a constante busca por imigrantes europeus brancos e os japoneses não eram bem vindos.

Os “amarelos”, isto é, os asiáticos, não condiziam com os ideais da construção da identidade nacional brasileira, que era baseada na política de embranquecimento,

embora eles tenham sido vistos como uma alternativa para compor a mão-de-obra e atender à demanda na lavoura cafeeira [...]. Pelo fato de o japonês não ser nem branco nem negro, os japoneses eram aqueles que não podiam achar facilmente o seu lugar no contexto brasileiro. Negros e brancos eram as duas pontas de uma tensa relação racial que atravessava as diversas naturezas das relações sociais estabelecidas no Brasil. (SASAKI, 2006, p. 100)

Vale ressaltar que a partir da década de 1930, a questão do embranquecimento da população é amplamente discutida por políticos e utilizada frequentemente nos discursos do governo de Getúlio Vargas. Cita-se neste contexto, a declaração do sociólogo Oliveira Vianna na qual afirma que o japonês era indesejável porque “[...] é como enxofre: insolúvel” (VIANNA, 1934 apud VAINER, 2000, p. 19). Ou ainda a declaração do médico Xavier de Oliveira:

O amarelo é indesejável porque é inassimilável [...]. Se ele é inassimilável, sob o ponto de vista da antropologia propriamente, mais ainda o é de maneira integral, do ponto de vista do seu psiquismo. Isto como uma característica de seu normo-tipo racial e, mais até, por sua própria constituição intra-psíquica, sem esquecer, nem pôr de lado, as razões mais profundas, diria, de seu misticismo religioso, mesclado com o fanatismo patriótico. (OLIVEIRA, 1937 apud VAINER, 2000, p. 19)

Dessa forma, apesar da necessidade da vinda dos imigrantes japoneses para o Brasil, fica clara a postura anti-nipônica adotada por diversos políticos e intelectuais influentes na sociedade brasileira, que culminou com a discriminação desses sujeitos, especialmente nas primeiras décadas de reterritorialização no país.

Sasaki (2006) acrescenta que os imigrantes japoneses se estabeleceram em vários outros núcleos coloniais, como no norte do Paraná, Mato Grosso do Sul e Pará. No estado de São Paulo, maior receptor do número de imigrantes japoneses, os nipônicos tiveram grande participação no desenvolvimento agrícola ao se instalarem ao redor da capital para a formação do Cinturão Verde, que abastecia a Região Metropolitana de São Paulo. O fato de morarem em grandes grupos em determinados bairros da capital paulista, fez com que houvesse a construção de uma identidade territorial muito acentuada nestes locais, como a Liberdade e Pinheiros.

Em comparação com os italianos, os japoneses tiveram um tempo curto de permanência nas lavouras de café paulista, de onde partiram para se estabelecer em colônias em outras localidades. O período inicial do estabelecimento nas lavouras foi marcado por muitas dificuldades e barreiras de adaptação à língua, os hábitos e o clima, entre outros. Uma das exigências no contrato de imigração dos japoneses para o Brasil era que cada família tivesse, no mínimo, três trabalhadores braçais, o que fez com que muitas famílias encaixassem pessoas de fora à própria família para se enquadrarem nas

exigências. É o que Bassanezzi (1995) chama de artificialidade da família, fato que trouxe muitos problemas para todo o grupo, pois, muitos jovens inseridos nessas famílias, desistiam do trabalho na lavoura.

O período que vai de 1924 até 1941 foi marcado pela ascensão social de grande parte dos imigrantes japoneses. Nesta época, a presença japonesa era facilmente percebida nos grandes centros, como São Paulo. Os subsídios do governo japonês à imigração a partir de 1924, motivaram a vinda de muitos imigrantes neste período, auxiliado pelo já estabelecimento de uma rede social que buscava trazer parentes e amigos para o Brasil. Uma das características dessa segunda fase da imigração japonesa é a diversidade na origem destes japoneses que começaram a vir de núcleos eminentemente urbanos como Tóquio e Osaka, motivados pela instabilidade econômica e a aceleração industrial no país, além problemas de ordem natural como terremotos, que assolaram várias partes do Japão no período exposto. Soma-se a isso, a imensa propaganda que foi feita pelas companhias de imigração, motivando milhares de japoneses a migrar para o Brasil (SAKURAI, 2000).

De forma resumida, têm-se então duas fases distintas da imigração japonesa no Brasil: a primeira, que vai de 1908 a 1924, marcada por uma imigração financiada pelo governo brasileiro, baseada no sistema de colonato, no qual os imigrantes já chegavam ao Brasil com contratos pré-estabelecidos com os fazendeiros de café. Em um segundo momento, entre 1924 e 1941, a imigração japonesa ao Brasil passa a ser tutelada, ou seja, subsidiada pelo governo japonês. Para garantir uma maior eficiência no processo migratório, as companhias colonizadoras passaram a disponibilizar uma infraestrutura de apoio, através de associações, escolas e até mesmo bancos próprios. Mesmo assim, nem todos os imigrantes se dirigiram para estas colônias do governo japonês, preferindo se estabelecer em locais de iniciativa própria.

Fundamentalmente, a imigração japonesa para o Brasil foi marcada pelas diferenças culturais. As fortes tradições familiares, a lida com a terra, a forma de organização e tantos outros aspectos, marcaram as particularidades desses imigrantes no país. O estabelecimento em colônias étnicas era um modo de preservar a sua territorialidade, mantendo a sua história para as futuras gerações, pela aprendizagem da língua materna e a conservação dos costumes, criando uma unicidade cultural singular entre esse povo.

Atualmente, a cultura japonesa é fortemente percebida no território brasileiro, através da culinária típica; festas temáticas; alguns costumes como o Karaokê e a leitura de mangás; técnicas particulares de agricultura; expansão do budismo; técnica de cultivo de plantas ornamentais, como o bonsai e outras centenas de contribuições culturais. Com isso, são criadas esferas de influência,

verificadas no caso da concentração dos imigrantes e seus descendentes em um local específico, como o Bairro da Liberdade em São Paulo e em alguns locais de comércio da área central de Londrina-PR, foco deste estudo.

A CHEGADA DOS JAPONESES NA “TERRA VERMELHA”

Segundo Asari e Tuma (1978), no final de 1923, o então presidente do Brasil, Arthur Bernardes fez um convite ao governo inglês, sensibilizando-os pela boa perspectiva de investir no Brasil. A Missão Inglesa chefiada por Lord Montagu realizou diversos estudos sobre a situação financeira, econômica e comercial do país. Um dos seus assessores, Simon Joseph Fraser, conhecido como Lord Lovat era diretor da Sudan Cotton Plantations Syndicate viajou até o norte do Paraná e constatou potencialidade de investimento, sobretudo pela alta fertilidade do latossolo roxo, resultado da decomposição de rochas basálticas e grande concentração de ferro que resultam em uma coloração avermelhada ao solo, a “terra vermelha”.

Em 1924, Lord Lovat, juntamente com o então gerente da Sudan Plantation, Arthur Thomas e outros sócios, funda a Brazil Plantations Syndicate Ltd. Com o interesse crescente dos ingleses em investir nas terras do norte-paranaense, principalmente na cotonicultura, novas sociedades surgiram até culminar na Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP (ASARI; TUMA, 1978).

Em dezembro de 1929, uma comitiva da CNTP chefiada por George Smith saiu de Cambará (distante cerca de 140 quilômetros de Londrina), com destino ao Patrimônio Três Bocas, primeiro núcleo populacional de Londrina. Na comitiva, estavam compradores de terras japoneses (Figura 2), que contavam com a ajuda de Hikoma Udihara, único agente japonês da CTNP (DE LUCCA, 2007). Destaca-se aí, o caráter mercantil da CNTP, tendo em vista a preocupação em contratar um funcionário que auxiliasse na negociação, servindo de intérprete, ao mesmo tempo em que fazia forte propaganda da localidade para atrair os compradores. Os primeiros lotes de terra foram vendidos aos japoneses que vinham em sua maioria de São Paulo e sonhavam com a possibilidade de serem proprietários de terra no norte do Paraná.

Figura 2: Caravana de compradores japoneses em Londrina, dezembro de 1929.



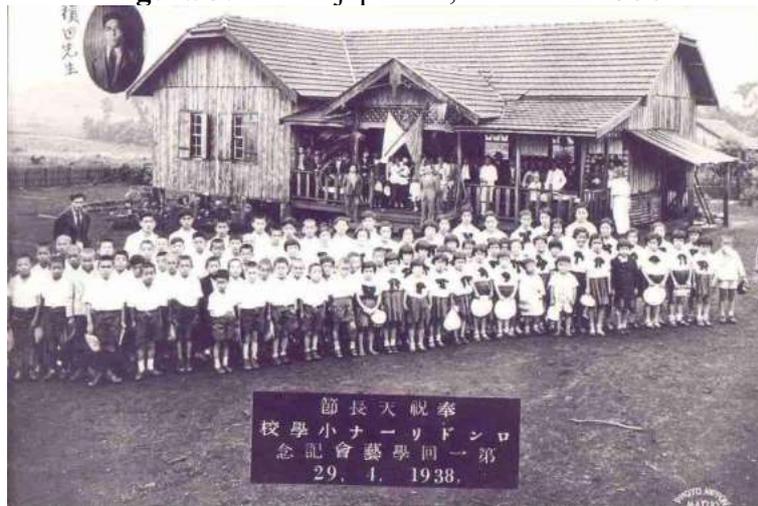
Fonte: De Lucca (2007).

Somente em outubro de 1931 é que as primeiras famílias japonesas vieram ocupar efetivamente o território londrinense: as famílias Yoshitami Kazahaya, Kootaro Hayassaka e Kunijiro Hara, vindas do interior de São Paulo. Estabeleceram-se na Colônia Um ou Ikku, na zona leste de Londrina, onde hoje se localiza o Aeroporto José Richa. Ali, plantavam milho, arroz e feijão e, devido à prosperidade da terra, os sítios dessas famílias passaram a ser utilizadas como referência para os vendedores da CTNP que iam até o local demonstrar a riqueza da terra roxa (ou terra vermelha) aos compradores em potencial. Foram os japoneses também que iniciaram as plantações de café, que viria a ser o símbolo do Norte do Paraná (PEDRIALI, 2008).

Para Moraes (2012), a característica associativa dos imigrantes japoneses no Brasil é um traço marcante desde o início da imigração como estratégia para viver em um local, com hábitos e comidas muito diferentes dos seus costumes. Assim, os japoneses trataram de estreitar os laços culturais e manter a tradição nipônica no Brasil, seguindo à risca a expressão: “Onde três japoneses se reúnem, nasce uma associação e nela a escola”.

Com o auxílio da comunidade, construíram a primeira escola japonesa em Londrina (Figura 3), em 18 de junho de 1933, em um terreno doado por Hikoma Udihara nas proximidades do atual Terminal Rodoviário. Com o aumento do número de alunos, a escola foi transferida para um terreno maior, localizada onde hoje é a área central da cidade, nas proximidades da Rua Prefeito Hugo Cabral, doação também de Hikoma Udihara. Sua inauguração ocorreu em 1º de abril de 1935 e tinha como diretor, um professor vindo diretamente do Japão (DE LUCCA, 2007).

Figura 3: Escola japonesa, década de 1930.



Fonte: De Lucca (2007).

O aumento do número de japoneses em Londrina trazia uma série de divergências do ponto de vista cultural, pois, ao mesmo tempo em que havia a necessidade de manterem as tradições, tinham que se adaptar à região. Sobre este aspecto, interessante relatar a falta de entendimento entre as culturas brasileiras e japonesas, devido à expansão das práticas culturais na escola japonesa em Londrina:

Como não havia aulas no período noturno, praticantes de kendô (luta com espadas) aproveitavam o horário para treinar no espaço em alguns dias da semana. Episódio pitoresco aconteceu quando moradores vizinhos à escola denunciaram à Delegacia de Polícia que os japoneses estavam brigando, com gritos e pancadas na cabeça usando pedaços de bambu. O barulho perturbava a vizinhança. A polícia compareceu e conduziu todos à delegacia; entretanto, após os esclarecimentos, liberou-os. (DE LUCCA, 2007, p. 66)

Com a Segunda Guerra Mundial, os imigrantes passaram a sofrer algumas restrições. Especialmente quando o Brasil passou a lutar do lado dos aliados (União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra, entre outros), os imigrantes alemães, japoneses e italianos (que eram dos países do chamado Eixo), tiveram escolas fechadas, foram proibidos de falar seu idioma, tiveram bens confiscados, enfim, começaram a sofrer perseguições por todo o país. Neste contexto, a escola japonesa em Londrina acabou sendo fechada.

Mesmo com os impasses da guerra, não se pode deixar de destacar que já era notável o pioneirismo japonês em Londrina, pois, vieram para o município muito antes de ele ser constituído

como tal. Nos dados do Álbum de Londrina de 1938[†], consta a existência de mais de 500 japoneses em Londrina (YAMAKI, 2006) neste período, que vieram atraídos pela propaganda da CTNP. Até o final da década de 1950, os imigrantes japoneses participaram ativamente da formação histórica da região, onde trabalhavam na agricultura, “[...] testemunhando o desenvolvimento proporcionado pela economia cafeeira, bem como as transformações das cidades novas” (MAESIMA, 2012, p. 191-192).

Londrina tem uma das maiores colônias japonesas do Brasil, com uma população de descendência japonesa em torno de 25 mil pessoas, ficando atrás somente de São Paulo (MASSA, 2014). Porém, diferente de São Paulo que teve uma imigração direta do Japão, em Londrina, a maioria da população japonesa veio reimigrada de outras partes do país, inclusive, de São Paulo.

PATRIMÔNIO IMATERIAL JAPONÊS EM LONDRINA

Todo o conjunto de elementos que compõe a cidade - traços dos agentes sociais que modelam o espaço urbano conforme seus interesses - é, na verdade, uma representação simbólica. Seja para representar uma ideologia ou para atender a interesses mercadológicos, estéticos e de outras esferas, a cidade é um terreno amplo para os estudos geográficos no tocante às manifestações culturais. Assim, como aponta Arrais (2001, p. 177), decifrar as cidades torna-se algo complexo “[...] já que estas, além de produzirem relações de poder, movidas pela ideologia dominante, podem encontrar campo fértil de ação — ou pela proliferação de discursos [ou pela] construção de imagens”.

As novas relações que surgem entre os indivíduos a partir da reterritorialização dos grupos populacionais em determinado território, não possuem somente uma conotação subjetiva, permeada por elementos emotivos, mas carrega um significado de poder, característica essencial do território, pois, a partir do momento em que ocorrem as relações sociais, é inevitável o surgimento de relações de poder. Esta territorialidade - marcada pelo próprio ritmo da vida, por intermédio das particularidades com que as pessoas vivenciam o seu espaço e se relacionam com ele – possui diversas formas de interpretação.

A territorialidade, além do significado simbólico acaba portando um sentido de poder justamente pela concentração de pequenas aglomerações em um território, com vivências diferenciadas que, em muitos casos, são alheias ao restante do território que as comporta. Verifica-se, portanto, que a territorialidade se processa no tempo e no espaço e se constitui por múltiplas relações entre os indivíduos agrupados nesta esfera e entre estes indivíduos e os que estão fora desta

[†] O Álbum visava disponibilizar informações históricas sobre a fundação do município e aspectos geográficos da sua localização, além de servir como propaganda e divulgação da CTNP (ADUM, 2008).

esfera. A partir daí se reconhecem como semelhantes em virtude das especificidades que possuem em comparação com o “mundo exterior”. Para a manutenção destas redes, é fundamental a disseminação dos valores, que pode ser obtida através dos laços sociais entre os indivíduos.

A utilização da paisagem como categoria de análise foi necessária para a visualização dos aspectos materiais e imateriais do legado da cultura japonesa em Londrina. Para Santos (1996), a paisagem se assemelha a uma fotografia, na qual as formas exprimem as heranças das sucessivas relações entre homem e natureza, é toda a configuração territorial que a vista pode abarcar. Pela amplitude do conceito de cultura, a percepção da paisagem sobre o legado da cultura japonesa teve uma aproximação com a designação de patrimônio cultural, concebido como herança cultural para os grupos sociais, separando-o em seus aspectos materiais e imateriais.

Com relação ao patrimônio imaterial dos japoneses em Londrina, destaca-se a figura de Hikoma Udihara que além de auxiliar nas negociações com os imigrantes japoneses que chegavam à região, teve um papel fundamental na territorialidade da cultura japonesa em Londrina, pois, foi o responsável pela fundação da Associação Cultural e Esportiva de Londrina (ACEL), em 1933, clube social formado pela colônia japonesa de Londrina (Figura 4).

Figura 4: Grupos de Londrina e região apresentando o taiko



Fonte: Grupo Sansey (2019)

O Clube sedia vários eventos e atividades como campeonatos de softbol, golf, tênis de mesa e beisebol, esportes muito apreciados pelos japoneses; aulas e concursos de canto com músicos e professores de canto japonês; apresentações de taiko que são os tradicionais tambores japoneses e o bon odori que remete a uma festividade de agradecimento, com danças que remetem aos movimentos do trabalho rural (ACEL, 2020). Anualmente, organiza a Expo Japão que atrai visitantes de toda a região com uma programação voltada à valorização dos costumes orientais como a presença de

diversos restaurantes de comidas típicas, dança, ikebana, artes marciais, cerimônia do chá, exposição de quimonos e leques, cosplay entre outros. Na sua última edição, em 2019, atraiu um público estimado em 30 mil pessoas nos seus cinco dias de realização (EXPOJAPÃO, 2019).

Atualmente, existem outras associações menores no município, como a Associação Cultural e Recreativa Okinawa de Londrina (ACROL) fundada em 1956 e que realiza gincanas, atividades culturais e festividades ligadas à cultura japonesa e a Associação Cultural Nipo-Brasileira Central Rubiácea de Londrina (RUBIÁCEA) que atualmente é um salão para aluguel de festas. Todas essas associações contam com a participação dos descendentes de japoneses, que se unem para partilhar interesses em comum e também como uma forma de manter a tradição cultural do Japão. Muitas realizam eventos beneficentes, cujos benefícios se estendem a toda comunidade londrinense.

Neste aspecto, a colônia japonesa em Londrina busca um convívio com todas as etnias. Isso porque as festas que ocorrem em várias épocas do ano tradicionalmente, não se restringem aos descendentes de japoneses, pelo contrário. Embora existam vários elementos típicos japoneses observados nestas festas, como a dança, a culinária e a ornamentação, nota-se que pessoas das mais variadas descendências buscam estas festas como forma de entretenimento. Além da Expo Japão que geralmente ocorre entre o final de maio e começo de junho, existe o Londrina Matsuri que na sua última edição em 2019 teve uma média de 25 mil participantes em seus três dias de evento. Este último evento remete aos moldes da Expo Japão, com espaços gastronômicos, matsuri dance, anime, cosplay, canto e apresentações culturais diversas.

Outra forma de manifestação cultural identificada na paisagem londrinense são os traços de religiosidade japonesa que constituem um elo identitário muito forte entre os imigrantes. Para Matsue (2011, p. 102):

A religiosidade é inerente ao processo migratório, pois ao migrarem, os decasségui trazem consigo suas crenças e práticas religiosas, que frequentemente servem como apoio e base para a adaptação ao novo contexto social, representando, assim, o centro da manifestação da identidade étnica. Muitos grupos religiosos oferecem serviços e ofícios na língua nativa dos migrantes, redes de apoio social, espaço de socialização e de inserção na comunidade local, atraindo muitas pessoas que se percebem fragilizadas no contexto migratório.

Nesta perspectiva, Londrina sofreu uma forte influência nos aspectos religiosos por parte dos imigrantes japoneses. Destacam-se três elementos, em particular: o Templo Budista Honpa Honganji (Figura 5); a Paróquia Imaculada Conceição e a Paróquia São Lucas. A construção do templo se deu na década de 1950, período da vinda de grande contingente de imigrantes japoneses para Londrina. Segundo Luiz e André (2018, p. 804): “o templo constitui parte essencial do

ensinamento budista, implicando na organização social da comunidade em torno do mesmo”. A respeito da expansão do budismo no Brasil e a importância do Templo Budista Honganji, Tetsuya Nakayama, pioneiro em Londrina, explica que os imigrantes japoneses trouxeram essa filosofia para o Brasil, pois, na época, a maioria era budista.

Figura 5: Templo Budista Honganji, representante da cultura japonesa em Londrina.



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A Paróquia São Lucas, de religião anglo-católica, foi fundada em 1940 e também está localizada na área central. Vinculada à Igreja Episcopal Anglicana, foi construída no município por conta da vinda do Reverendo Paulo Yuki Kaneko. Os primeiros ofícios da Paróquia eram voltados a estudos bíblicos, a uma escola dominical e aos trabalhos realizados em língua japonesa, fato que fez com que a Paróquia ficasse conhecida como a “Igreja dos Japoneses”. Porém, o público que frequenta atualmente a Paróquia é bem diversificado e há tempos vem sendo dirigida por Reverendos brasileiros (PARÓQUIA SÃO LUCAS LONDRINA, 2012). Mesmo assim, é uma importante manifestação cultural que ainda se mantém conservada, de uma beleza arquitetônica singular e que expressa na memória de sua fundação os resquícios da atuação da comunidade nipônica.

A Paróquia Imaculada Conceição representa um forte elemento de coesão entre os descendentes de japoneses em Londrina. A sua história inicia com a chegada à Londrina, em 1958 do padre Haruo Sasaki, que veio do Japão com a missão de evangelizar os imigrantes japoneses. Inicialmente, o padre realizava visitas às colônias de Londrina e região. Posteriormente, com a construção da paróquia em de 1961, havia o desafio de levar os japoneses e seus descendentes a participarem das missas. As missas eram realizadas em português, com celebrações em japonês aos

domingos pelo padre Paulo T. Kimura, da diocese de Yokohama, Japão. Ainda hoje, a primeira missa de domingo é celebrada em japonês (PARÓQUIA IMACULADA CONCEIÇÃO, 2020).

Ademais dos aspectos religiosos, festivos, gastronômicos e recreacionais, a comunidade japonesa possui muitos outros elementos presentes materialmente e imaterialmente na paisagem londrinense, como escolas de idiomas e centros de estudos e pesquisas. Com relação ao idioma, é muito comum ouvir nas ruas de Londrina descendentes de japoneses, especialmente, os mais idosos se comunicarem entre eles na língua do país dos seus antepassados.

No princípio, as escolas de língua japonesa foram fundadas como uma forma de manter as tradições para os mais jovens, conforme explica Masahiro Sakai, um dos fundadores da Escola Megumi, construída em Londrina, em 1959 (LONDRINA, 2009). Devido à disciplina e aos princípios de ensino-aprendizagem referências no mundo todo, as escolas com métodos japoneses no município, há muito tempo já não são frequentadas exclusivamente pelos descendentes.

Outro espaço que começou com o ensino da língua japonesa foi a Aliança Cultural Brasil-Japão que iniciou suas atividades em Londrina no ano de 1978. Atualmente, a associação promove a congregação e intercâmbio entre as associações filiadas, incentiva o intercâmbio para atividades filantrópicas, artísticas, culturais, educacionais e esportivas entre Brasil e Japão, além de auxiliar a comunidade com orientações sobre passaporte, atestado de óbito, comprovante de residência, atividades de pesquisa sobre pioneiros e levantamento de famílias nipo-brasileiras no Paraná, divulgação de bolsas de curta duração no Japão entre outros (ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO, 2020).

PATRIMÔNIO MATERIAL JAPONÊS EM LONDRINA

Do ponto de vista material, ao analisar a paisagem de Londrina, levando-se em consideração os aspectos relacionados à identidade e imigração, chama a atenção a Praça Tomi Nakagawa (nome dado em homenagem à pioneira da cidade), construída em 2008 na área central de Londrina, em comemoração ao centenário da imigração japonesa no Brasil (Figura 6). À época de sua inauguração, contou com a presença do príncipe Naruhito. A praça hoje é ponto turístico do município e admirada pelo simbolismo que representa através de seus elementos paisagísticos, cuidadosamente elaborados, no qual cada detalhe possui um significado que faz referência ao Japão ou a história da imigração japonesa.

Figura 6: Praça Tomi Nakagawa, com seus elementos que remetem à cultura japonesa



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Além da Praça Tomi Nakagawa, Londrina possui a Praça Nishnomiya, localizada na zona leste da cidade e que foi inaugurada em 1988. O nome é uma homenagem à cidade japonesa homônima, co-irmã de Londrina há mais de 30 anos. Esse convênio contribui para estreitar os laços culturais entre os países e, todo ano acontecem intercâmbios, especialmente, entre as escolas para troca de trabalhos feitos pelos estudantes. A praça foi construída com o auxílio de recursos oriundos do Japão e possui vários elementos característicos da cultura oriental.

Embora não exista um bairro japonês como na cidade de São Paulo, é interessante ressaltar a concentração de japoneses na Rua Sergipe, na área central da cidade. Entre as décadas de 1940 e 1970, tanto os estabelecimentos comerciais quanto os edifícios residenciais tinham, de certa forma, referência aos japoneses: o Edifício Tóquio, construído na década de 1950, considerado um dos primeiros arranha-céus de Londrina, o Bazar Ajimura, fundado em 1948 e a Casas Ajita fundada em 1953. A história do Edifício Tóquio coincide com a inauguração da Estação Rodoviária na área central de Londrina. Com a valorização do entorno, em 1951, Senosuke Matsukura comprou o terreno onde está localizado o edifício. O Tóquio nos seus anos iniciais era um “hotel misto”, com apartamentos residenciais, salas comerciais e quartos de hotel. Com a transferência da estação rodoviária do centro, o hotel foi desativado, dando lugar a quitinetes para locação (BONI; TEIXEIRA, 2013).

O Bazar Ajimura na época da sua inauguração atendia muitos alfaiates e costureiras da região vendendo aviamentos. Atualmente tem uma variedade de produtos como utensílios de casas, prataria, bolsas e malas de viagem, além de produtos importados do Japão. Foi fundado pela família Ajimura, cuja matriarca da família, nascida em Tóquio, faleceu em 2019, aos 101 anos, deixando um legado de dedicação ao ofício que foi passado aos filhos que cuidam do estabelecimento até hoje. A Casas

Ajita é uma loja de calçados que começou suas atividades em Paranaíba, noroeste do Paraná no início da década de 1950 e foi pioneira no uso do sistema de crediário do setor estado. O proprietário do Grupo é filho de japoneses que chegaram ao Brasil em busca de uma vida melhor. Atualmente, a rede conta com mais de 30 lojas em todo o Paraná (CASAS AJITA, 2020).

Ademais, na antiga agência do Banco Santander na Rua Sergipe, era possível ver um letreiro com grafia oriental, da época em que a agência bancária prestava atendimento especial aos japoneses e seus descendentes, mas que cedeu lugar a uma loja de calçados perdendo esse símbolo da cultura pioneira. A presença de lojas e empreendimentos que remetesse à cultura japonesa na Rua Sergipe, fez com que a rua fosse conhecida como “a pequena Tóquio” durante muito tempo (PARANÁ SHIMBUN, 2011).

A arquitetura japonesa também é parte do patrimônio cultural da cidade. A partir de edificações em madeira, os mestres carpinteiros (daikus) imprimiram suas marcas na paisagem, principalmente entre as décadas de 1930 e 1960, com características singulares: no início não usavam pregos, somente sambladuras; telhado irimoya, com forte inclinação; guenkan (varanda); ornamentos como onigawara (telha de ponta) e ranma (rendilhado), como explica Zani (2013). Na área rural de Londrina, mais especificamente, na Estrada de Coroados, na zona sul, ainda é possível encontrar residências com arquitetura remanescente de carpinteiros japoneses. Neste local, a partir da década de 1950, houve um loteamento das terras e foram assentadas dezenas de famílias japonesas e o local passou a ser chamado de Colônia Coroados. Tem-se, portanto, um representante da cultura imaterial, através da conservação das técnicas artesanais tradicionais.

Na área urbana de Londrina, apesar da intensa verticalização que culminou com a demolição de grande parte das casas de madeira, ainda nos bairros mais antigos na área é possível observar essa herança cultural, que se tornou uma referência também para profissionais de arquitetura e urbanismo (Figura 7).

Ao analisar a paisagem londrinense, verifica-se que os fluxos migratórios contribuem para a disseminação dos mais diversos aspectos culturais a partir da territorialidade dos grupos sociais, como os japoneses. Isso porque a cultura possui materialidade, mesmo que seja composta de elementos intangíveis, seja na localização de sua prática, no alcance espacial de sua influência ou no seu local de origem. Dessa forma, muitos elementos culturais, embora antigos e que perderam sua função original, ainda podem fazer parte da coesão social dos indivíduos, nos valores repassados de geração a geração e na sua tradicionalidade, constituindo assim, um patrimônio cultural pela sua importância simbólica.

Figura 7: Casa com elementos característicos da arquitetura japonesa em um bairro de Londrina



Fonte: ZANI (2013)

Embora a cidade de Londrina tenha sido colonizada por uma companhia de capital inglês e seu nome seja uma menção à “Pequena Londres”, é importante frisar que os ingleses não estabeleceram vínculos identitários com a cidade. No entanto, como os elementos identitários refletem também relações de poder, a partir de 2009, a Prefeitura realizou uma série de intervenções urbanas, como a construção de elementos que remetem à cultura inglesa em Londrina: orelhões que fazem alusão às tradicionais cabines de Londres, um portal de entrada da cidade que remete ao relógio londrino Big Ben, além da construção de um shopping com decoração de temas londrinos.

Nesse sentido, convém repensar as estratégias dos agentes sociais que divulgam a cidade com uma identidade forjada, com elementos que são criados alheios à identidade local. Torna-se necessário refletir sobre as razões pelas quais os elementos que estão materializados na paisagem e que são considerados patrimônio da cidade e possuem valor identitário para a população local não são utilizados para essas estratégias de divulgação da cidade como a cultura japonesa, além de sofrerem degradação como no caso da Praça Tomi Nakagawa, demolição, como no caso das casas de madeira e estabelecimentos comerciais no centro da cidade, resultando na perda dos referenciais identitários da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressividade da colônia nipônica fica evidente na análise da paisagem londrinense, verificada nas diversas construções materiais típicas, como o Templo Budista Honganji, cuja construção é resultado de técnicas arquitetônicas de origem japonesa; a Praça Tomi Nakagawa, construída em homenagem aos imigrantes japoneses; além dos laços identitários que Londrina possui com a sua cidade co-irmã Nishinomiya, no Japão, entre outros aspectos.

Fora as construções materiais, verificou-se que as festas promovidas pela colônia japonesa em Londrina envolvem toda a população, mesmo os indivíduos que não têm vínculo com este grupo étnico, mas que acabaram por aceitar a introdução desse modo de vida peculiar no seu cotidiano. Destaca-se também que a colônia japonesa que vive em Londrina é uma das maiores do Brasil e conseguiu conservar sua cultura até hoje, de modo a influenciar a população de Londrina com a aceitação desta cultura pioneira, criando uma identidade territorial com o município.

Portanto, privilegiar a cultura inglesa para a criação de uma identidade para o município parece incoerente, tendo em vista que a identidade, por mais que seja forjada pelo estado, deve ter uma identificação com a população para que esta estabeleça uma relação de afetividade com estes elementos, contribuindo também para a sua conservação. Assim, o trabalho conclui que mesmo tendo sido influenciada culturalmente por diversos grupos étnicos, a análise da paisagem do município, leva a afirmação de que Londrina possui uma identidade territorial voltada para os valores da cultura japonesa, cujos elementos culturais são percebidos em vários pontos do município e que permitem a criação de elos sociais com a população londrinense.

REFERÊNCIAS

ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. Historiografia londrinense: alguns apontamentos. In: ALEGRO, Regina Celia et. al. (orgs). **Temas e questões para o ensino de História no Paraná**. Londrina: Eduel, 2008, p. 1-27.

ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO DO PARANÁ. **Quem somos**. 2020. Disponível em: <<https://aliancalon.wixsite.com/home/quemsomos>>. Acesso em 07 nov. 2020.

ANDRÉ, Richard Gonçalves; LUIZ, Leonardo Henrique. O retorno dos ancestrais: Bon Odori e ritos mortuários no Templo Budista Honpa Honganji em Londrina. **Antíteses**, v. 11, n. 22, p. 795-820, jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/32053/25517>>. Acesso em 05 nov. 2020.

- ARIAS NETO, José Miguel. **O eldorado**: Londrina e o norte do Paraná – 1930/1975. 1993. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo São Paulo, 1993.
- ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. As imagens da cidade e a produção do urbano. In: Cavalcanti, Lana de Souza (org.) **Geografia da Cidade**: a produção do espaço urbano de Goiânia. Editora Alternativa, 2001.
- ASARI, Alice Yatiyo; TUMA, Magda Madalena. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina**. Londrina: Prefeitura do Município de Londrina, 1978.
- ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE LONDRINA. ACEL. **Departamentos**. 2020. Disponível em: < <http://www.acellondrina.com.br/>>. Acesso em 05 nov. 2020.
- BASSANEZZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 1-34.
- BONI, Paulo César; TEIXEIRA, Juliana de. **Hotéis históricos do Norte do Paraná**. Londrina: Midiograf, 2013.
- CASAS AJITA. **Empresa**. 2020. Disponível em: < <http://www.casasajita.com.br/empresa/>>. Acesso em 07 nov. 2020.
- COLASANTE, Tatiana. **A influência dos fluxos migratórios na construção da identidade territorial londrinense**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, 2012.
- CUCHE, Dennys. **A noção da cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 1999.
- DE LUCCA, Ana Tereza Gôngora de. **Revelações da história, transmissão e preservação cultural por meio dos jogos e brincadeiras**: os japoneses em Londrina. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – UEL, Londrina.
- EXPOJAPÃO. **Expo Japão 2019 teve recorde de público**. 2019. Disponível em: <<https://expojapao.com.br/expo-japao-2019-teve-recorde-de-publico/>>. Acesso em 05 nov. 2020.
- GRUPO SANSEY. **Londrina Matsuri**. 2019. Disponível em: <<http://www.gruposansei.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- KODAMA, Kaori. O sol nascente do Brasil: um balanço da imigração japonesa. In: IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 197-213.
- LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina. **Fundadores da Escola Megumi recebem reconhecimento público dos vereadores**. Londrina, 6 out. 2009. Disponível em: <<http://home.cml.pr.gov.br/home/honrarias.aspx?id=286>>. Acesso em 05 nov. 2020.
- MAESIMA, Cacilda. **Japoneses, Multietnicidade e Conflito na Fronteira**: Londrina: 1930/1958. Tese (Doutorado em História). 2012. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- MASSA, Michely. **Muitos sotaques - O multiculturalismo de Londrina aparece no comércio e na gastronomia**. 2014. ACIL. Disponível em: < <http://acil.com.br/noticias/multiculturalismo-de-londrina-aparece-tambem-no-comercio>>. Acesso em 05 nov. 2020.
- MATSUE, Regina Yoshie; OGASAVARA, Mário Henrique. A eficácia simbólica e terapêutica de práticas religiosas entre os trabalhadores brasileiros no Japão. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 102-120, Dec. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872013000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Nov. 2020.

MORAES, Bruno Pedroso de. **Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social (BUNKYO): sua importância e relação com a comunidade nipo-brasileira.** 2012. Monografia (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PARANÁ SHIMBUN. **Histórias e lembranças num só lugar.** Londrina, 19 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.paranashimbun.com.br/Cadernos/comunidade/2681-memorias-de-uma-sergipe-japonesa>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

PARÓQUIA IMACULADA CONCEIÇÃO. **História da Paróquia.** 2020. Disponível em: <<http://imaculadalondrina.com.br/>>. Acesso em 05 nov. 2020.

PARÓQUIA SÃO LUCAS. **História.** 2012. Disponível em: <<http://paroquiasaolucaslondrina.blogspot.com/>>. Acesso em 05 nov. 2020.

PEDRIALI, José Antonio. Os pioneiros que dominaram o chão vermelho. **Jornal da ACIL.** Londrina, p. 10-13, jun. 2008.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada: (1908-1941). In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina.** São Paulo: Edusp, 2000, p. 201-239.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. Hucitec: São Paulo, 1996.

SASAKI, Elisa. A imigração para o Japão. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 20, n. 57, Aug. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000200009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 07 Jan. 2012.

TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. **Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado-SP.** 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental). Universidade Estadual Paulista, Faculdade, Presidente Prudente, 2003.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **A comunidade japonesa no Brasil: Quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante? (1908-1924).** Bologna: Gedit Edizione / Dipartimento discipline storiche Università di Bologna, 2008. Disponível em: <http://www.storicamente.org/07_dossier/migrazioni-takeuchi.htm>. Acesso em 07 de nov. 2020.

VAINER, Carlos Bernardo. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. **Travessia,** São Paulo, v. XIII, n. 36, p. 15-32, abril, 2000.

YAMAKI, Humberto Tetsuya. **Labirinto da Memória: Paisagens de Londrina.** Londrina: Humanidades, 2006.